



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 25 DE
OUTUBRO DE 2018**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara o Vice-Presidente e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que o Município tinha ganho uma Candidatura com vista à remodelação do Mercado Municipal no montante de 50.000,00 € (cinquenta mil euros), que era o máximo possível. Assim sendo, e por força desta Candidatura e de um dos projetos vencedores do Orçamento Participativo, referiu que a curto prazo o Mercado e a sua zona envolvente serão objeto de requalificação, a qual, certamente, irá revitalizar e dar uma nova dinâmica a toda aquela área. Deu a conhecer que, mais uma vez, o Município concorreu ao Prémio Europeu da Mobilidade, sendo que no ano transato o Município somente conseguiu ir ao extra-Concurso e este ano foi já admitido a Concurso, esperando que o trabalho seja reconhecido.

Referiu ter sido pública a oferta por parte do Município, de uma viatura à GNR, isto apesar de todos terem conhecimento da idade da frota automóvel do Município com os inerentes constrangimentos de deslocação, quer dentro, quer fora do Concelho, contudo, quando o Executivo Municipal entendeu proceder daquela forma, foi porque entendeu que estaria a contribuir para a salvaguarda e segurança do Concelho.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Assim sendo, referiu não poder aceitar que um Vereador da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, escreva nas redes sociais que na cerimónia de entrega da viatura deviam ter sido efetuados testes de alcoolémia a quem aprovou um empréstimo para fazer festas. Como não aceita este tipo de afirmações, solicitou ao Vereador Fernando Silva que pedisse desculpa no caso de ter sido uma brincadeira, ou para reafirmar e deste modo ficar exarado em ata que deviam ter sido feitos testes de alcoolémia a quem aprovou o empréstimo de três milhões de euros para mais festas, para que se possam retirar as devidas consequências.

O **Vereador Fernando Silva**, informou que iria solicitar dois esclarecimentos, um na área da Educação e outro na área do Desenvolvimento Económico.

No que respeita à área da Educação solicitou esclarecimentos relativamente aos custos de readaptação das instalações e aquisição de instrumentos, inerentes à transferência do Ensino Articulado do Conservatório de Artes da Bairrada para a Escola Dr. Acácio de Azevedo e que penaliza uma vez mais a zona poente do Concelho e se aqueles custos irão ser imputados à Tutela, ao abrigo do Contrato de Municipalização do Ensino em virtude de ter sido uma imposição da DGEST.

Ainda na área da Educação e dado ter havido a informação de que os alunos residentes a menos de 3 quilómetros de distância da Extensão da Escola Acácio de Azevedo, nomeadamente do lugar do Arieiro e da Caneira não teriam direito, por força da Lei, a passe gratuito nos transportes escolares, sendo que, entretanto, essa posição foi alterada, pelo que procurou saber se o Município estaria a cometer uma ilegalidade. No caso de ser legal, questionou quem é que assume este novo encargo, o Município ou o Governo por intermédio do Contrato de Municipalização.

Relativamente à área da Economia e passado que está mais de um ano desde a tomada de posse do atual Executivo Municipal, disse constatar que os resultados na área do desenvolvimento económico e promoção do Concelho de Oliveira do Bairro continuam a não ser visíveis, mantendo-se o mesmo marasmo a que o anterior Executivo, durante 12 anos, habituou o Concelho.

Mais disse, não haver verbas para avançar para a criação ou ampliação de Zonas Industriais, não faltando, no entanto, verbas para se fazer festas contínuas durante os últimos doze meses.

Realçou que a contenção de custos com festas e animações se torna um imperativo, uma vez que o simples cidadão já questiona essa gritante falta de prioridades e bom senso, pelo que, questionou para quando está previsto o início das terraplanagens na Zona Industrial de Vila Verde e da Palhaça e igualmente a resolução do problema do Kartódromo.

De igual modo, questionou o preço por metro quadrado da área industrial e demais condições para as empresas que pretendam instalar-se no Concelho de Oliveira do Bairro e, bem assim, quais as medidas que o Executivo Municipal pretende encetar para fomentar a captação de investimento para o Concelho.

Tendo tido conhecimento pela imprensa local de que, mais uma empresa do sector das duas rodas



Oliveira do Bairro câmara municipal

se iria instalar em Vagos e pela imprensa nacional teve-se conhecimento de que essa mesma empresa se iria deslocalizar de um Concelho vizinho; questionou até quando se iria assistir a esta sangria de empresas a abandonar Oliveira do Bairro. Questionou, igualmente, se esta é uma decisão final ou o Presidente da Câmara consegue ainda demover o empresário a sair do Concelho.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, considerou feliz a obtenção da Candidatura para requalificação do Mercado Municipal, aliada a uma das Propostas vencedoras do Orçamento Participativo e que acaba por dar azo à valorização daquela zona da Cidade.

Em relação à aquisição da viatura para a GNR disse ser uma decisão da Câmara Municipal em relação a uma matéria da incumbência da Administração Central, solicitando que semelhante atitude fosse tomada em relação a outras áreas, lamentando que não tenha sido dado conhecimento daquela cerimónia aos restantes Vereadores do Executivo Municipal.

Referiu existir um desequilíbrio bastante significativo no Concelho de Oliveira do Bairro, no que respeita ao acesso às caixas multibanco, havendo duas Freguesias, União de Freguesias e Oiã que estão muito abaixo da realidade de Oliveira do Bairro e da Palhaça. Pelo que tem conhecimento, aquelas freguesias têm encetado esforços perante as entidades bancárias no sentido de colmatar as necessidades das populações, solicitando que a Câmara Municipal reforce aqueles mesmos pedidos. Procurou saber o balanço que a Câmara Municipal faz relativamente aos estragos decorrentes da passagem da tempestade pelo Concelho, uma vez que tem conhecimento que, nomeadamente, o Palacete do Visconde em Bustos sofreu alguns danos.

O **Vereador António Mota**, referiu que o Executivo Municipal em funções, continua a não valorizar a prestação de alguma informação aos restantes Vereadores que devem ser transmitidas em Reunião de Câmara e, porventura, se fosse dada a conhecer, os comentários nas redes sociais não seriam tão desagradáveis, nomeadamente o que se prendeu com a aquisição da viatura.

No seguimento da reunião havida com as Estradas de Portugal, procurou saber o ponto de situação relativamente à requalificação da E.N. 235.

De igual modo, questionou se havia algum estudo para o Parque de Estacionamento Subterrâneo do Largo do Cruzeiro em Oiã e ainda o ponto de situação em relação às negociações com os proprietários dos terrenos com vista à abertura do arruamento que vai daquele local à Junta de Freguesia.

Procurou, também, saber o ponto de situação e os impedimentos para levar a efeito a construção da aleia pedonal desde a rotunda da Mamoia ao Parque do Rio Novo na Mamarrosa.

Considerou que se encontra bastante perigosa e não sinalizada no troço que liga a Rua das Hortas a Nariz, na freguesia da Palhaça, junto à Estação Elevatória e que poderá originar acidentes bastante graves, dada a existência de uma vala naquele local.

Questionou se o Presidente da Câmara Municipal já reuniu com o Presidente da Junta de Freguesia



Oliveira do Bairro câmara municipal

da Palhaça para abordar a questão da Rua do Paraíso, dando a conhecer que os moradores estão bastante incomodados com o Presidente da Junta de Freguesia, tendo em atenção as afirmações do Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal, o qual deu a entender que a responsabilidade era do Presidente da Junta porque ainda não entregou a listagem dos proprietários para se iniciarem os contactos.

Procurou saber se o Presidente da Câmara tinha encetado alguns contactos com a REFER com vista à resolução das condicionantes do viaduto na EM 596 e que é premente dado os constrangimentos que provoca.

O **Vice-Presidente da Câmara**, no que respeita à ligação do Largo do Cruzeiro à Junta de Freguesia de Oíã, informou estarem a decorrer duas negociações com duas famílias para concluir o processo com vista à abertura da ligação. Com uma das famílias existe já um acordo de princípio, com a outra família e uma vez que tinha falecido muito recentemente a proprietária, o genro solicitou algum tempo antes de voltar a abordar o assunto, estando em crer que em breve se atingirá o objetivo, sendo que o mesmo manifestou algum desagrado pela forma como as negociações aconteceram nos últimos anos, mormente a postura da Câmara Municipal, contudo, sendo outro Executivo, pode ser que as negociações corram pelo melhor.

Reiterou a questão colocada anteriormente ao Vereador Fernando Silva, se assume nesta Reunião de Câmara, aquilo que escreveu nas redes sociais aquando da entrega da viatura à GNR.

O **Presidente da Câmara**, informou que o Executivo Municipal recebe transferências para fazer pequenas obras nas instalações escolares, as quais se encontram espelhadas no PPI. Já no que respeita aos Transportes Escolares, solicitou que fossem dados casos concretos para que pudesse também responder de uma forma concreta relativamente ao que se estará a passar.

No que respeita às Zonas Industriais, recordou que ainda na última Reunião de Câmara foram colocadas e respondidas as mesmas questões agora levantadas pelo Vereador Fernando Silva, nomeadamente no que respeita à questão das infraestruturas, tendo novamente referido que quando o atual Executivo Municipal tomou posse não existia trabalho nenhum efetuado com vista à aquisição de terrenos e de igual modo foi explicado na última Reunião de Câmara os trabalhos que estão a ser levados a efeito para se poder vir a calcular o preço dos terrenos.

Em relação à empresa de duas rodas, lembrou ter afirmado na última Reunião de Câmara que a empresa necessitava de um terreno com determinadas dimensões, tendo procurado em três Municípios, Oliveira do Bairro, Anadia e Vagos. Como os Vereadores têm conhecimento, existe um sem número de procedimentos que permitam adquirir terrenos em zonas industriais e essas negociações estão a ser levadas a efeito.

Relembrou o Vereador Fernando Silva que, aquando da Campanha Eleitoral, aquele defendia a realização de eventos com relevância regional e nacional. Afirmou que, presentemente, o Município



Oliveira do Bairro câmara municipal

realiza menos eventos, com melhor qualidade e com menos custos como já lhe demonstrou.

Informou haver uma preocupação por parte da Câmara Municipal no que respeita ao acesso ao Multibanco por parte dos Municípios, o problema é que não existe quem se disponibilize em permitir a colocação daqueles equipamentos e as entidades bancárias também já não assumem.

No que respeita ao balanço dos estragos no Município de Oliveira do Bairro, decorrente da passagem da tempestade, informou que, em parceria com a CCDR-C, o Ministério da Agricultura, o Ministério da Cultura, foram relatando o que se passou no Concelho, sendo a maior preocupação a de índole social, com três casos identificados e sinalizados, estando neste momento a serem desenvolvidos esforços para colmatar as situações.

Disse desconhecer quais os apoios que poderão vir a ser dados, se é que irão existir, para colmatar de alguma forma o que se passou, nomeadamente ao nível da agricultura e na área industrial. No que respeita a infraestruturas do Município e apesar de algumas delas estarem cedidas a Associações ou Juntas de Freguesia, o Município está a assumir os arranjos necessários. Quanto à intervenção no Palacete do Visconde em Bustos, apesar de a Câmara Municipal se ter disponibilizado de imediato para intervir no telhado, o ABC efetuou as necessárias reparações.

Relativamente à questão do Parque Subterrâneo de Oiã, informou que já existia um estudo sobre a estabilidade do local e também existia uma proposta de custos que serão necessários com vista à colocação daquele equipamento em funcionamento, os quais terão novamente de ser reavaliados. ..

No que respeita às condições de circulação na Rua das Hortas em direção a Nariz, informou ser uma situação que iria ser tratada em conjunto entre o Município de Oliveira do Bairro e o Município de Aveiro, tendo no dia de ontem recebido o Mapa de Medições para se avançar com a respetiva obra, tendo ficado decidido que seria o Município de Aveiro a lançar a empreitada e haveria lugar à assinatura de um Protocolo conjunto, assumindo o Município de Oliveira do Bairro o pagamento da sua quota parte.

Em relação à Rua do Paraíso, lembrou que o que ficou combinado com o Presidente da Junta é que, para além dos contactos já realizados pela Câmara Municipal, nomeadamente em relação aos acessos à Zona Industrial da Palhaça, que o mesmo faça os contactos necessários ao longo do arruamento, para que uma das laterais possa vir a ser requalificada.

Quanto à construção dos passeios entre a rotunda da Mamoa e o Parque do Rio Novo, recordou que os estudos se encontram elaborados há bastante tempo, contudo, um dos proprietários não cede e consequentemente, não cedendo, os restantes também não cedem.

Relativamente à EN 235 disse ter reunido com o Secretário de Estado na semana passada, tendo discutido precisamente a requalificação da EN 235 e igualmente a criação do nó de acesso à A1. As informações transmitidas pelo Secretário de Estado relativamente a este último assunto é de que se encontra a ser avaliado pela Concessionária e a Tutela e somente em 2019 é que haverá novas



Oliveira do Bairro câmara municipal

informações. No que respeita à EN 235 referiu que o projeto existente, relativamente à sua requalificação, nomeadamente com a criação de rotundas e que já foi amplamente discutido, foi por si levado ao Secretário de Estado tendo igualmente sido colocada uma ênfase muito grande na necessidade da repavimentação do piso, o qual se encontra bastante degradado, tendo o Secretário de Estado informado que aqueles troços que se encontravam em pior estado seriam objeto de intervenção imediata.

A **Vereadora Lília Águas**, informou que após a tempestade, foi efetuado o levantamento das necessidades por parte da Ação Social da Câmara Municipal, em articulação com os Presidentes de Junta, estando detetadas nove situações, pretendo a Câmara Municipal candidatar-se a um Programa de Apoio na área social, de forma a poder apoiar aquelas famílias mais carenciadas que sofreram com a passagem da tempestade.

O **Vereador António Mota**, disse não aceitar que o Presidente da Câmara Municipal diga que em relação à aquisição de terrenos para ampliação da Zona Industrial de Vila Verde nada tinha sido feito pelo anterior Executivo, porque tal não corresponde à verdade, uma vez que houve reuniões com todos os proprietários e os Serviços Municipais têm conhecimento do trabalho então realizado.

Já em relação à aleia pedonal, entre o Largo do Cruzeiro e a Junta de Freguesia, foi negociada em 2016 a oferta de 15 metros quadrados de frente, sendo que, a única situação que não correu como devia prende-se com o facto de os proprietários da “Comercial” defenderem aquilo que não devem defender; por conseguinte, entende que não se deve passar a ideia de ter havido desaguisados, porque tal não corresponde à realidade.

O **Vereador Fernando Silva**, disse não haver respeito pelos restantes Vereadores do Executivo Municipal, tendo a entrega da viatura à GNR ocorrido sem conhecimento dos mesmos, pelo que, na sua opinião, não se pode aludir à entrega da viatura por parte do Município, quando há Vereadores que não têm disso conhecimento. Acrescentou que ao atual Executivo liderado pelo CDS-PP não foi dado um Mandato de maioria absoluta, contudo, os mesmos comportam-se como se o tivessem. Pelo que tem observado, falta alguma humildade dada a arrogância com que atua o Presidente e os Vereadores com Pelouros do atual Executivo.

Acrescentou que o que afirmou nas redes sociais, relativamente à entrega da viatura, foi que a GNR tinha de fazer naquela cerimónia alguns testes de álcool, ou seja, o Vice-Presidente mentiu e tem de pedir desculpa aos restantes Vereadores por ter sido praticado aquele ato e ter convidado os funcionários da Câmara Municipal a abandonarem os seus postos de trabalho para irem beber, enquanto que os Vereadores da Oposição nem por cortesia foram convidados.

Referiu que continua a colocar as mesmas questões, uma vez que o Presidente da Câmara não responde concretamente às questões que são colocadas, mas exige aos Vereadores da Oposição que sejam concretos. Afirmou que, mais uma vez e em relação à questão dos transportes, o



Oliveira do Bairro câmara municipal

Presidente da Câmara não respondeu.

O **Presidente da Câmara**, em relação à questão dos transportes, lembrou ter solicitado ao Vereador Fernando Silva que, explicitasse em concreto os casos, os beneficiários, para que, possa avaliar as circunstâncias e responder de uma forma concreta.....

O **Vereador Fernando Silva**, esclareceu que já tinha mencionado qual a área geográfica dos alunos em causa, bastando aos Serviços verificarem.....

Mencionou ainda, não ter sido respondida a questão em relação aos custos inerentes à transferência do Ensino Articulado para Oliveira do Bairro, sobre a legalidade ou ilegalidade do pagamento dos transportes e igualmente sobre a questão do Kartódromo e o início das terraplanagens na Zona Industrial de Vela Verde.

O **Presidente da Câmara**, reiterou que o Vereador Fernando Silva continua a insistir em perguntas cujas respostas já foram dadas.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, procedeu à leitura do que se encontrava escrito nas redes sociais, a saber: “ainda na semana passada a mesma geringonça decidiu pedir 3 empréstimos no valor de três milhões de euros para poder fazer mais festas. A GNR deveria ter feito nesta cerimónia alguns testes de álcool”. Pelo que entendeu, é provável que o problema do Vereador Fernando Silva se prenda com o facto de não ter sido convidado para beber “uma tacinha”, mas haverá esse cuidado da próxima vez.

O **Vereador Fernando Silva**, interrompeu a intervenção do Vice-Presidente da Câmara, questionando o Presidente da Câmara se achava bem este tipo de intervenção, considerando-a de um homem da rua, da tasca do Troviscal, uma falta de respeito e que o mesmo deveria pedir desculpa. Acrescentou que vê o Vice-Presidente da Câmara nos copos por aí, questionando se o mesmo anda bêbedo.....

O **Presidente da Câmara**, solicitou ao Vereador Fernando Silva que se acalmasse e que não admitia este tipo de linguagem.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que o Presidente da Câmara permitiu este tipo de linguagem por parte do Vice-Presidente da Câmara.

O **Presidente da Câmara**, solicitou ao Vice-Presidente da Câmara que terminasse a sua intervenção.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que o Vereador António Mota afirmou e bem que, em 2016 tinha havido a negociação com a família em questão, com vista à abertura da ligação entre o Largo do Cruzeiro e a Junta de Freguesia de Oiã, contudo, o facto é que, desde essa data nada foi feito e o problema ainda se encontra por solucionar.

O **Presidente da Câmara**, acerca da questão de Vila Verde, informou terem sido chamados à Câmara Municipal 100 proprietários ou seus representantes e muitos deles nunca tinham sido contactados e ainda existem mais para serem igualmente contactados uma vez que ainda não tinham sido



Oliveira do Bairro câmara municipal

identificados.

Relembrou que Municípios houve que tiveram Candidaturas aprovadas para ampliação de Zonas Industriais. Oliveira do Bairro não o conseguiu uma vez que não tinha nada pronto para poder avançar. Deu a conhecer que os transportes de âmbito social possuem regras específicas, há alunos do articulado, há alunos do secundário e há alunos do 2.º e 3.º ciclo. As regras aplicadas são exatamente as mesmas. O ensino articulado somente existe em Oliveira do Bairro e os alunos que preencham os requisitos dos três quilómetros face à Escola Dr. Acácio de Azevedo são transportados. Os alunos do secundário, porque somente existe em Oliveira do Bairro, são transportados de acordo com a regra dos três quilómetros. As regras para os alunos que frequentam o 2.º e 3.º ciclo, se forem da Caneira ou do Arieiro, se a Escola de eleição for a Extensão Frei Gil serão igualmente transportados de acordo com a regra dos três quilómetros. Por estes motivos é que solicitou ao Vereador Fernando Silva que explicitasse os casos, para que os mesmos pudessem ser analisados concretamente.

Relativamente à questão das Zonas Industriais, terraplanagens e outras situações, referiu que tem sido vincado em diversas Reuniões de Câmara, que o Município se prepara para fazer as aquisições, inicialmente em Vila Verde porque o processo se encontra mais avançado, para depois passar para as restantes Zonas Industriais. As terraplanagens somente avançarão após os terrenos pertencerem à Câmara Municipal.

Esclareceu, ainda, que pretende que as Zonas Industriais cumpram as pretensões dos empresários, daquilo que necessitam para crescerem, ao invés de Zonas Industriais que vão de encontro a objetivos somente do Município. Se uma determinada empresa tem preferência pela Zona Industrial de Oiã, então é na Zona Industrial de Oiã que se irá tentar criar condições para que mesma ali se instale, sendo certo que existem circunstâncias diferenciadoras em relação a uma empresa que necessita de mil metros quadrados, ou para uma empresa que necessita de quatro ou cinco mil metros quadrados.

Solicitou a todos os Vereadores do Executivo Municipal, sem exceção que sejam mais cordiais porque, mais do que as picardias políticas, as reuniões servem para defender os interesses do Município.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 11 DE OUTUBRO DE 2018......

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 11 de outubro de 2018, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 11 de outubro de 2018,



Oliveira do Bairro câmara municipal

nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 49 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – PARTICIPAÇÃO DE 4,50% NO IRS

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Fernando Silva.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que os valores agora propostos quer para a participação no IRS, quer para os restantes se mantêm inalteráveis face ao ano transato, sendo que, para uma melhor análise foi incluída a evolução dos valores referentes à cobrança destes impostos no Município. Mais referiu que alguns dos impostos já se encontram no seu mínimo histórico, como é o caso do IMI.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, constatou que o valor arrecadado até ao dia 15 de outubro de 2018 era de 458.892,00 € (quatrocentos e cinquenta mil oitocentos e noventa e dois euros), tendo questionado se tal correspondia à verdade, uma vez que a Informação sobre a Atividade Municipal remetida para a Sessão da Assembleia Municipal de 28 de setembro, o valor ser rigorosamente igual.....

O **Presidente da Câmara**, informou que os valores de 2018 que se encontram inscritos na Informação correspondem aos montantes que tinham sido transferidos até à data de elaboração da mesma. As transferências são efetuadas entre os dias 17 e 19 de cada mês, sendo que o mês de outubro, referente a setembro, é um dos piores meses de cobrança de impostos para o Município de Oliveira do Bairro.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, lembrou que o PPD/PSD entendia já há algum tempo que deve ser melhorada a qualidade de vida dos Municípios e por conseguinte tem havido uma diminuição desta taxa ao longo dos últimos anos e face aos dados referentes à evolução da cobrança, há condições para o Concelho ir mais longe na aplicação deste imposto.....

Tendo em atenção que na zona da Bairrada, o Concelho de Oliveira do Bairro é o segundo Município que aplica a mais elevada percentagem deste imposto, somente suplantado por Aveiro decorrente das condicionantes financeiras e Vagos que possui a mesma percentagem de Oliveira do Bairro. Todos os restantes Concelhos da Bairrada aplicam uma taxa mais reduzida de IRS, exemplo que o Município de Oliveira do Bairro deveria seguir.

O **Vereador António Mota**, referiu que o valor previsível de receita arrecadada com este imposto é de mais de seiscentos mil euros, superior ao arrecadado no ano de 2017, uma vez que considerando uma retificação à Lei 73/2013 o Município de Oliveira do Bairro irá ser contemplado com uma verba a rondar os 489.000,00 € (quatrocentos e oitenta e nove mil euros).

Relembrou que os Municípios vizinhos, nomeadamente Águeda possuem uma taxa zero relativamente à liquidação deste imposto, pelo que os Vereadores do PPD/PSD entenderam apresentar uma Proposta, para que a percentagem de aplicação no IRS dos Municípios seja de 4,25%



Oliveira do Bairro câmara municipal

e não de 4,5% e que se traduz numa não arrecadação a rondar os trinta mil euros, que será colmatado pela compensação antes mencionada e pelo aumento das transferências por parte da Administração Central e será um sinal que se dá às famílias de Oliveira do Bairro.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que apoiava a manutenção da percentagem de aplicação daquela Taxa, mesmo tendo conhecimento da aplicação de Taxas mais reduzidas em Concelhos vizinhos, realçando contudo que terá de haver um foco na atração de residentes para o Concelho de Oliveira do Bairro e para o fazer a Autarquia terá de elaborar um Plano que demonstre as freguesias e os lugares mais carenciados de população e alocar uma verba para que as pessoas sejam estimuladas a fixarem-se nesses locais.

O **Presidente da Câmara**, referiu que relativamente à Receita do IMI informou estar em vias de conseguir saber a sua proveniência por freguesia, muito embora o Serviço de Finanças não forneça a totalidade dos elementos pretendidos. Em relação ao IRS, se tal for possível, irá disponibilizar essa mesma informação por freguesia.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, subscrever a aplicação de uma participação de 4,50% no I.R.S. dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Oliveira do Bairro, devendo a mesma ser submetida à Assembleia Municipal para efeitos da competente aprovação, nos termos constantes na Informação/Proposta n.º 49 - Mandato 2017/2021 e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

.....
Pelos Vereadores do PPD/PSD, foi entregue uma Proposta sobre a participação variável até 4,25% no IRS.

.....
PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 50 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – LANÇAMENTO DE DERRAMA.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o valor se mantém inalterável relativamente ao ano transato, relembrando que este Imposto recai no ato de pagamento do IRC e no corrente ano houve uma prorrogação por mais um mês e, por conseguinte, os valores encontram-se praticamente regularizados até ao final do ano.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu ser preocupante que esta receita continue a diminuir, considerando essencial que se faça uma análise para verificar a flutuação que tem existido em relação à mudança da sede social e fiscal de empresas que possuem igualmente instalações noutros Concelhos, uma vez que, na sua opinião, um dos fatores chave nessa mudança de sede social



Oliveira do Bairro câmara municipal

prende-se com a existência de incentivos nesses mesmos Concelhos, o que não sucede em Oliveira do Bairro, que não conseguiu fazer parte dos Municípios contemplados com incentivos por parte do Orçamento de Estado, no seguimento dos incêndios ocorridos no ano transato.

O **Vereador António Mota**, realçou que a grande razão para que uma grande empresa se tenha deslocado de Oliveira do Bairro para Vagos se prende com a questão de financiamento, já que, essa mesma empresa conseguiu obter um financiamento para os 60% necessários para o investimento, a juros zero e com possibilidade de fundo perdido de um elevado montante, ao qual acresce o facto de os terrenos poderem ser adquiridos a dez e quinze euros por metros quadrado e por conseguinte, não restava outra solução aos órgãos de gestão da empresa.

O **Presidente da Câmara**, informou que a Derrama incide sobre a massa salarial que labora no Concelho e é independente da sede da empresa, ou seja, a Derrama incide e é calculada de acordo com a taxa existente no Município e de acordo com a força de trabalho, advém da riqueza gerada no Município.

A diminuição do valor de arrecadação que se verificou, prende-se essencialmente com o facto de no ano transato ter sido reduzida a Taxa da Derrama para empresas com um volume de negócio até 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros).

Aquela mesma diminuição também se poderá ter ficado a dever ao facto de haver empresas que tenham lucro contabilístico, mas não tenham lucro fiscal.

Recordou que Oliveira do Bairro, no passado, quando esteve em causa a criação objetiva de postos de trabalho e criação de riqueza, isentou algumas empresas do pagamento de IMI e IMT, precisamente para incentivar essas e outras empresas.

No que respeita à questão da área ardida no Concelho, lembrou que o PDM não permite construção em área ardida, contudo, a Câmara Municipal desenvolveu as diligências possíveis para que Oliveira do Bairro pudesse estar ao mesmo nível dos restantes Municípios, sucede, porém, que, Vagos, fruto de Candidaturas anteriormente apresentadas, conseguiu algo que não foi possível a Oliveira do Bairro obter.

Mais disse que, quanto mais empresas com lucros houver no Concelho de Oliveira do Bairro, maior será a receita arrecada com este imposto.

O **Vereador Fernando Silva**, realçou que para promover um Concelho e conseguir atrair investimento, existem empresas especializadas a nível nacional e internacional que mais facilmente o conseguem efetuar, sugerindo a criação de uma parceria com as mesmas, à semelhança do que fez o Município de Águeda.

O **Presidente da Câmara**, informou que alguns dos industriais que escolheram Oliveira do Bairro para investir o fizeram por intermédio do IAPMEI e de outras entidades que promovem este tipo de interação. Mais disse que a todos os possíveis investidores, Oliveira do Bairro tem demonstrado aquilo



Oliveira do Bairro câmara municipal

que é possível fazer, nomeadamente ao nível de ampliação das Zonas Industriais e igualmente em relação a terrenos com empresas devolutas e que se deseja que sejam transformadas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:

1.º – Subscrever a aplicação do lançamento de uma derrama de 1,00% sobre o Lucro Tributável sujeito e não isento de IRC e uma taxa reduzida de 0,10% para sujeitos passivos com um volume de negócio no ano anterior que não ultrapasse os 150.000,00 € (cento e cinquenta mil euros) relativo ao rendimento gerado na área geográfica do Concelho de Oliveira do Bairro, a cobrar durante o ano de 2019;

2.º – Remeter a proposta à Assembleia Municipal para efeitos da competente autorização e aprovação de lançamento da derrama nas percentagens propostas;

PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 51 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS-IMI

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, tendo em atenção a sua intervenção inicial, informou que se encontrava ao dispor para o esclarecimento de qualquer dúvida.

O **Vereador Fernando Silva**, informou ter sido proferido um acórdão a mencionar não ser competência das Câmaras Municipais declararem o estado de ruína de um imóvel. Assim sendo e dado que é proposto a aprovação do conceito de ruína, sugeriu que fosse analisado aquele acórdão do Supremo.

Questionou se é pretensão da Câmara Municipal aplicar a taxa agravada em prédio devolutos e em ruína, ou somente em prédios devolutos.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu haver alguma confusão nas pessoas relativamente aos conceitos de prédio em ruína e prédio devoluto, o que convém ser esclarecido.

No que respeita aos incentivos no âmbito do IRS recordou a necessidade de se estudar de que forma se pode valorizar a revitalização dos centros urbanos e a fixação de casais jovens.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que a única regra que se tem aplicado se refere ao conceito de ruína, muito embora não sejam ainda muitos os casos identificados, tendo inclusivamente sido solicitado que fosse efetuada uma nova avaliação dos imóveis a todos os que então se incluíam nesse conceito, levando a que alguns, por já terem sido demolidos, fossem retirados da aplicação daquele imposto.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, subscrever o seguinte:

1.º - A Proposta de fixação do valor da taxa de IMI de 2018, a vigorar em 2019, no valor de 0,300% para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI;



Oliveira do Bairro câmara municipal

2.º - A Proposta de aplicação do n.º 3, do artigo 112.º do CIMI [redação da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro], para vigorar em 2019, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e nos casos de prédios em ruínas;.....

3.º - A Proposta de fixação da redução da taxa de IMI a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

N.º de Dependentes a Cargo	Dedução Fixa [em €]
1	20,00 €
2	40,00 €
3 ou mais	70,00 €

4.º - Que o quantitativo percentual das Taxas que vier a ser aprovado, seja comunicado à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro de 2018 [n.º 14 do artigo 112.º do CIMI, na redação dada pela Lei n.º 42/2016];.....

5.º - A Proposta do conceito de “ruína” inscrito, no ponto 3 da Informação/Proposta 51 – Mandato 2017/2021, apresentada pelo Presidente da Câmara e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais;.....

Mais foi deliberado, remeter a presente Informação/Proposta à Assembleia Municipal para efeitos da competente aprovação.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 52 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM-T.M.D.P.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota Álvaro Ferreira e Fernando Silva.....

O **Presidente da Câmara**, informou tratar-se de uma taxa residual, mas que, atendendo a que o Município tem direito tem-se mantido a mesma.

O **Vereador António Mota**, questionou se é previsível que se receba algo mais relativamente a esta taxa, uma vez que, na sua opinião, não vale a pena manter a mesma, até porque quem paga não são as empresas que fazem a passagem, mas sim os utilizadores.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, procurou saber de que forma é realizada a fiscalização relativamente ao recebimento desta receita, uma vez que a diferença é significativa em relação ao recebido no ano anterior.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu haver dúvidas quanto à legalidade de a presente taxa ser aplicada ao consumidor final, mas independentemente dessas dúvidas legais, referiu haver um



Oliveira do Bairro câmara municipal

Regulamento de Ocupação de Subsolo e que prevê a aplicação de uma taxa, pelo que, na sua opinião deveriam ser ambas conjugadas, uma vez que não se entende a tão drástica redução do montante arrecadado, uma vez que o fornecimento dos serviços não tem diminuído. Acrescentou que, se tal for proposto, apoiará a eliminação da aplicação desta taxa.

O Presidente da Câmara, recordou que logo no início do atual Mandato, o Município teve de devolver cerca de 200.000,00 € (duzentos mil euros) em taxas indevidamente cobradas a este nível com os consequentes constrangimentos financeiros que daí advieram.

Esclareceu que até há cerca de três meses, o Município não tinha a mínima noção de quais eram os prédios rústicos e urbanos que existiam no Concelho para efeitos de cobrança de IMI, hoje já se começa a ter acesso a essa informação, ou seja, têm sido solicitados esclarecimentos a diferentes entidades, de modo a haver a noção do que se está a passar e serem tomadas medidas como aquela que foi sugerida. Em relação a esta questão em concreto, encontra-se a desenvolver diligências no sentido de se obter os elementos necessários para confirmar os valores apurados.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade subscrever a proposta de aplicação de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25% para vigorar durante o ano de 2019 e remeter o assunto à próxima Sessão da Assembleia Municipal para efeitos de aprovação final, nos termos da Informação/Proposta n.º 52 - Mandato 2017/2021, apresentada pelo Presidente da Câmara e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO
Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores Lília Águas, António Mota e Fernando Silva.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu ser pretensão do Executivo Municipal introduzir um benefício para famílias numerosas, deve ser iniciado o respetivo procedimento com vista à alteração do respetivo Regulamento.

O **Vereador Fernando Silva**, questionou se para além daquela pretensão, o Regulamento também irá ser alterado de forma a prever a questão do sistema de colocação de resíduos que se prevê instalar nos centros urbanos de Oia e Oliveira do Bairro.

O **Vice-Presidente da Câmara**, informou que a forma de recolha não irá ser alterada e porque apenas se trata de um teste piloto a realizar em ambas as freguesias e a faturação é virtual e, por conseguinte, não afetará o Regulamento em vigor.

O **Vereador António Mota**, questionou se existe já conhecimento do número possível de beneficiários.



Oliveira do Bairro câmara municipal

A **Vereadora Lília Águas**, informou haver um número substancial de famílias numerosas no Concelho e por conseguinte, faz todo o sentido prever este tipo de benefícios.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de alteração do “Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Oliveira do Bairro” e aprovar a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 8 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 54|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO BAIRRO – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI).....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, referiu que a verba se encontra inscrita no Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal para o corrente ano, para além do apoio anual atribuído.

O **Vereador Fernando Silva**, questionou porque razão a aquisição da viatura destinada à GNR não foi presente ao Executivo Municipal enquanto que o presente apoio o foi.....

O **Presidente da Câmara**, informou que se trata da atribuição de um apoio a uma Associação e não se enquadra nas suas competências próprias e daí ter que ser aprovado em Reunião de Câmara. Quanto à viatura para a GNR, o equipamento é pertença da Câmara Municipal e foi outorgado um Protocolo de cedência para utilização da viatura, cedência essa que é uma competência sua.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, constatou que o equipamento em causa se destina ao combate ao incêndio florestal e a Câmara Municipal em boa hora o faz, devendo haver uma contínua aposta nos Bombeiros, para que a resposta aos problemas que têm surgido do Concelho seja cada vez mais eficaz.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o valor definido para apoiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, vai de encontro às necessidades sentidas pela mesma e que permitirão combater de uma forma mais eficaz os diferentes problemas que vão surgindo.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade o seguinte:.....

1.º - Atribuir uma comparticipação financeira no montante de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros) à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, nos termos da Informação/Proposta n.º 54|GAP de 9 de outubro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais

2.º - Aprovar a minuta de Contrato-Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.



Oliveira do Bairro câmara municipal

3.º - Designar o Chefe de Divisão de Manutenção e Serviços Urbanos, Eng.º Paulo Araújo como gestor do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

.....
PONTO 9 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 59|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES INSCRITAS NA BASE DE DADOS MUNICIPAL DE ASSOCIAÇÕES – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Águas a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

A **Vereadora Lília Águas**, lembrou que a atribuição dos subsídios tem vindo a ser efetuada ao longo dos últimos meses e sempre que as Associações tenham entregue os documentos necessários à sua atribuição.

O **Vereador António Mota**, disse que as IPSS no passado recebiam todas por igual, o que discorda, uma vez que nem todas desempenham as mesmas funções, não prestam todas os mesmos serviços e por conseguinte, não têm todas os mesmos custos e por isso mesmo não faz sentido que todas recebam por igual, defendendo que tem de haver uma diferenciação do montante atribuído às mesmas.

O **Vereador Fernando Silva**, questionou se a Obra Frei Gil é uma IPSS sedeadada no Concelho.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, procurou saber o ponto de situação acerca da inscrição da Associações na Base de Dados Municipal de Associações.

Mais disse que com a entrada em vigor do Regulamento de Apoio às Associações, existe agora uma base mais fidedigna de distinção entre as diferentes Associações.

A **Vereadora Lília Águas**, disse concordar com o que foi dito pelo Vereador Álvaro Ferreira e que somente é possível com o recém-aprovado Regulamento e no futuro deixará de ser possível tabelar tudo por igual, o que era a prática cómoda do passado deixará de ser possível. Os critérios de atribuição são conhecidos das Associações e das IPSS's. Quanto à inscrição na Base de Dados, as Associações têm vindo a fazê-lo, mas sendo este o primeiro ano de aplicação do Regulamento, ainda poderá demorar algum tempo até que esteja concluído essa mesma inscrição.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o Infantário Frei Gil é considerado uma entidade que presta o seu serviço no Concelho de Oliveira do Bairro, tem funcionários do Concelho e serve exclusivamente as famílias do Concelho, salvo uma ou outra exceção, daí a proposta de atribuição apresentada.....

Informou terem sido efetuadas inúmeras diligências para que as Associações entreguem todos os elementos, o que têm vindo a fazer e que são essenciais para as atribuições que foram até ao momento efetuadas, esperando que nenhuma Associação fique sem o respetivo apoio financeiro por parte da Câmara Municipal.

Relembrou que o valor por utente ou por atleta foi inicialmente definido aquando da decisão inicial de



Oliveira do Bairro câmara municipal

atribuição às Associações Desportivas, Culturais e outras, incluindo as IPSS's e onde se encontravam perfeitamente espelhados os critérios e a forma de atribuição.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Aprovar a atribuição do apoio financeiro anual, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 59|GAP datada de 18 de outubro, às seguintes Associações:

Designação da Entidade	Subsídio
Agrupamento CNE 1396 Arcanjo S. Miguel de Oliveira do Bairro	2.000,00 €
Agrupamento CNE 970 São Pedro da Palhaça	3.500,00 €
APOFORNO - Associação dos Amigos da Póvoa do Forno	1.500,00 €
Associação Recreativa, Cultural, Desportiva e Social Vilaverdense	2.000,00 €
Clube Ornitófilo da Beira Litoral	500,00 €
Liga dos Combatentes - Núcleo Regional de Oliveira do Bairro	700,00 €
Obra Frei Gil – Infantário	4.400,00 €
OIÁCELERA - Associação de Desportos Motorizados	1.500,00 €
Orfeão de Bustos	2.000,00 €
	18.100,00 €

2.º Aprovar a Minuta do Contrato Programa, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e as Associações descritas no número anterior;

3.º - Designar a Chefe de Divisão de História e Património Cultural Desporto e Lazer, Dr.ª Cristina Calvo como gestora do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

PONTO 10 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 60|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE APOIO A AÇÕES A REALIZAR NO CONCELHO NO ÂMBITO DO PROJETO “BRINCAR NA RUA”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e o Vereador Fernando Silva.....

O **Presidente da Câmara**, referiu ser uma atividade que está a ter presentemente um grande fulgor em Oliveira do Bairro, por intermédio da vontade expressa da população em realizar as atividades em locais específicos das freguesias do Concelho, sendo constantemente solicitado à Câmara Municipal a cedência de algum equipamento, nomeadamente de segurança.

Mais disse que, para não serem presentes ao Executivo Municipal os sucessivos pedidos, vem a presente Proposta para facultar os equipamentos aos respetivos interessados nesta atividade.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que não se encontra mencionado o montante financeiro máximo.

O **Presidente da Câmara**, informou que apenas se tratava de cedência de grades e sinalética.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que a Informação mencionava apoio na divulgação das ações, o que poderá incluir a produção de cartazes, o que acarreta custos.

O **Presidente da Câmara**, informou que a divulgação a efetuar será efetuada pelos meios próprios que a Câmara Municipal dispõe, no site ou no facebook, não resultando em qualquer tipo de impressão ou qualquer outro tipo de apoio financeiro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência de até 4 Grades de Proteção, de Sinalização de Trânsito e divulgação quando solicitadas no requerimento de encerramento ao trânsito para efeitos de ações do projeto “Brincar na Rua” até ao final do ano de 2019, à responsabilidade do requerente, nos termos descritos na Informação/Proposta n.º 60|GAP datada de 18 de outubro, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

.....
PONTO 11 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 61|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – PROJETO DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE AS FORMAS DE APOIO ÀS FREGUESIAS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira.

O **Presidente da Câmara**, lembrou ter sido dado início ao procedimento para alteração do Regulamento sobre as formas de apoio às freguesias, encontrando-se o mesmo em condições para ser submetido a consulta pública, para recolha de contributos.

Informou terem sido auscultados os Presidentes de Junta de Freguesia relativamente ao projeto de alteração das formas de apoio às freguesias do município de Oliveira do Bairro, nomeadamente no que respeita a apoios que não se encontram previstos no Regulamento em vigor.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, mencionou o facto de a informação prever a denúncia do Protocolo entre o Município de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, relativamente à Universidade Sénior, contudo, na redação do documento não consta qualquer menção específica em relação à Universidade Sénior e este projeto tem de ser encarado de uma forma diferente dos restantes projetos e iniciativas das Juntas de Freguesia.

Referiu ainda, não ter entendido a tabela apresentada, constante do artigo 3-A, no que respeita à percentagem por freguesia ao longo do ano, uma vez que o total não equivale a 100%.

O **Vereador António Mota**, questionou se tinha havido reuniões com todos os Presidentes de Junta e se os mesmos tinham sido colocados a par de todas as alterações e se os mesmos estão de acordo com essas alterações.

O **Presidente da Câmara**, confirmou que se tratava de uma gralha a questão da percentagem no



Oliveira do Bairro câmara municipal

quadro inscrito no artigo 3-A e que o mesmo iria ser corrigido.

No que respeita à Universidade Sénior disse ter sido reconhecida, perante o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro, a importância, a relevância e a diferenciação daquele Projeto. Acrescentou que, o que se pretende com o Regulamento é que as atribuições sejam anualmente efetuadas pelo Órgão Executivo, sendo definidas igualmente as regras gerais, de base, para a atribuição, prevendo, contudo, que a projetos específicos, sejam atribuídos apoios específicos e que terão igualmente de ser aprovados pelo Executivo Municipal.

Referiu que uma das grandes preocupações, é tornar o processo mais célere, uma vez que, atualmente, muitos dos apoios às Juntas de Freguesia têm de ser aprovados pela Assembleia Municipal.

Informou ter havido reuniões com os Presidentes de Junta de Freguesia, tendo os mesmos concordado com as alterações agora propostas e que poderiam sempre contar com o devido apoio por parte da Câmara Municipal, desde que anualmente programadas as atividades e mantendo uma linha para apoio ao nível dos materiais.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1.º - Denunciar o protocolo assinado entre o Município de Oliveira do Bairro e a Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro referente à Universidade Sénior de Oliveira do Bairro;

2.º - Subscrever a proposta de projeto de Regulamento Municipal sobre as formas de apoio às Freguesias do Município de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho de 2015, nos exatos termos exarados na Informação/Proposta n.º 61|GAP datada de 18 de outubro, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

3.º - Submeter a proposta de projeto de Regulamento Municipal sobre as formas de apoio às Freguesias do Município de Oliveira do Bairro a consulta pública para recolha de sugestões, procedendo para o efeito, à sua publicação em edição oficial do município e na Internet, no sítio institucional da câmara municipal, para que os interessados possam apresentar por escrito as suas sugestões, no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação do projeto de regulamento, de acordo com o estatuído nos números 1 e 2 do artigo 101.º do mesmo Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro;

4.º - Decorrido o período de consulta pública, caso não se tenha verificado a apresentação de sugestões, considerar-se-á a elaboração da proposta regulamentar concluída;

5.º - Registando-se, porém, sugestões por parte de interessados, devem as mesmas ser postas à consideração e análise da câmara municipal, com vista ao seu eventual acolhimento;

6.º - Uma vez concluída a elaboração da proposta regulamentar, a mesma deverá ser submetida à



Oliveira do Bairro câmara municipal

aprovação da assembleia municipal, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho de 2015.

PONTO 12 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 62|GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – CEDÊNCIA DO ESPAÇO INOVAÇÃO E OUTROS EQUIPAMENTOS AO CENTRO SOCIAL DE OIÃ.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência gratuita do “Espaço Inovação” e outros equipamentos, de 14 a 20 de novembro, ao Centro Social de Oiã, para efeitos de realização do evento anual “Encontro de Sopas”, nos termos constantes na Informação/Proposta n.º 62|GAP, datada de 18.10.2018 e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 13 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 311.2018|DGUOM – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO PROJETO REFERENTE À EMPREITADA DESIGNADA POR “OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA EB 2,3 DR. FERNANDO PEIXINHO, CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO SOBRE O ESPAÇO DESPORTIVO, CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E REQUALIFICAÇÃO DOS ARRANJOS EXTERIORES”.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores Lília Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.....

O **Presidente da Câmara**, lembrou ter sido presente na anterior Reunião o assunto relacionado com o Plano de Segurança e Saúde em Obra, tendo sido amplamente debatidas as questões referentes à alteração agora em discussão, pelo que se reserva para prestar qualquer esclarecimento que seja necessário.

O **Vereador Fernando Silva**, questionou se o presente Projeto é aquele que se encontra em execução, ou seja, se foi aquele que serviu de base ao Concurso e à apresentação de propostas por parte dos concorrentes e foi objeto de contrato escrito, uma vez que, na sua opinião, há uma série de questões que poderão ser levantadas tendo em atenção que se está a alterar um projeto que, inclusivamente, é diferente daquele que foi visado pelo Tribunal de Contas e poderá afetar os prazos inicialmente acordados e as próprias Garantias Bancárias então apresentadas.

O **Vereador António Mota**, referiu estar preocupado com este tipo de procedimentos, uma vez que se exige tanto aos Municípios aquando da apresentação dos respetivos projetos e à Câmara Municipal, com tantos meios humanos e técnicos disponíveis tenha falhas como estas.

Mais disse que deve haver algum cuidado quando se colocam alguns Técnicos a assumir determinado tipo de projetos, uma vez que esses Técnicos custam ao erário público dezenas de milhares de euros



Oliveira do Bairro câmara municipal

por ano, logo, não podem acontecer situações como aquela que se encontra descrita na Informação, de que o problema somente foi observado aquando do início dos Trabalhos em obra, que implicou a alteração da implantação do Pavilhão e Balneários de forma a minimizar a intervenção junto ao passadiço existente e que iria implicar dificuldades acrescidas em sede de execução da obra.

Procurou saber qual a variação do custo da obra com as alterações agora propostas e quais as implicações em termos de comparticipação financeira.....

Considerou bastante grave a situação descrita, pelo que, na sua opinião, mais vale entregar a execução dos projetos a gabinetes externos à Câmara Municipal.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, referiu que, apesar de se estar a aprovar o presente Projeto, ainda faltarão alterações referente ao acesso de pessoas com mobilidade reduzida, ou seja, pelo que constatou, ainda não se vai aprovar o projeto final, ficando com dúvidas se esse pormenor não irá influenciar o projeto que agora se pretende aprovar.

O **Presidente da Câmara**, informou que a presente alteração não é de forma alguma substancial relativamente ao projeto inicial e no que respeita ao acesso a pessoas com mobilidade reduzida, apenas está em causa a questão do elevador e respetiva plataforma de acesso, não implicando qualquer alteração substancial ao projeto inicial.

Mais disse que a presente alteração irá permitir que não se proceda ao corte de pilares que lá se encontravam e por conseguinte, não sendo de substancial monta a alteração, prevê-se que existam Trabalhos a Menos e não Trabalhos a Mais e cumpre os requisitos do Quadro de Apoio.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que os Técnicos são obrigados a fornecer uma Tabela de Alteração das Medições, porque o Executivo Municipal tem de saber quanto é que vai custar a mais ou a menos, é uma questão de rigor e isso tem de ser exigido aos Técnicos.

Relembrou ter sido contraído um empréstimo destinado a esta obra e que vai ser paga com recursos da Câmara Municipal e não o deveria ser tendo em atenção o Contrato de Delegação de Competências na área da Educação e que já vai no seu terceiro ano, pelo que, urge levar a efeito uma Auditoria por parte de uma entidade externa àquele mesmo Contrato e que fosse apresentado um Relatório de Execução Financeira desse mesmo Contrato, uma vez que desconhece se a Câmara Municipal está a ser compensada pelo Ministério da Educação em relação aos gastos que estão a ser efetuados pela Autarquia, nomeadamente a contratação de empréstimos para pagar algo que supostamente iria ser entregue gratuitamente.....

O **Presidente da Câmara**, solicitou à Dr.^a Isabel Simões que esclarecesse as dúvidas de índole técnica levantadas pelos Vereadores.

A **Técnica Municipal Dr.^a Isabel Simões**, informou que este projeto é igual ao apresentado inicialmente, uma vez que apenas se alterou a implantação no sentido de minimizar a intervenção nas edificações já existentes. Pretende-se que sejam aprovadas as alterações ao projeto de arquitetura



Oliveira do Bairro câmara municipal

em termos de implantação, continuam a ser dois blocos, pavilhão e balneários, com as mesmas dimensões, quer a nível interior quer exterior.

Quanto à orçamentação, não tendo havido a possibilidade de o projetista executar o projeto de especialidades, o qual será oportunamente apresentado com o respetivo mapa de medições e orçamento, com os inerentes trabalhos a mais ou a menos que daí possam surgir.....

O **Presidente da Câmara**, informou que havia uma Comissão de Ação Inspetiva ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, de análise e acompanhamento do mesmo, tendo o Município solicitado a essa Comissão que efetuasse esse mesmo acompanhamento, estando-se a aguardar que a mesma seja efetuada.

A **Vereadora Lília Águas**, recordou que se está apenas a aprovar o Projeto de Arquitetura, seguidamente virá para aprovação o Projeto de Especialidades e com ele virá a respetiva orçamentação. A previsão dos técnicos é que haja uma redução de custos com esta alteração.

Informou que a presente alteração, verificada em obra, está a ser acompanhada pelo empreiteiro, pela Câmara Municipal e pelo Agrupamento de Escolas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as alterações ao Projeto de Arquitetura referente às “Obras de Requalificação da EB 2,3 Dr. Fernando Peixinho, Construção do Pavilhão sobre o Espaço Desportivo, Construção de Balneários e Instalações Sanitárias e Requalificação dos Arranjos Exteriores” nos termos descritos na Informação Técnica 311.2018|DGUOM datada de 22 de outubro, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

PONTO 14 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO BAI-BALCÃO DE ATENDIMENTO INTEGRADO – FUNDO DE CAIXA PARA SARA CONDE MARQUES.....

Interveio neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Presidente da Câmara**, informou estar a ser efetuada a integração de novos colaboradores no Balcão Integrado, dada que o Espaço Empresa e o Espaço Cidadão irão ser incorporados naquele local e daí a necessidade de haver um fundo de caixa para esta nova colaboradora.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o teor da Informação prestada pelo BAI-Balcão de Atendimento Integrado, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, nos exatos termos exarados.

PONTO 15 – PEDIDO DA JUNTA DE FREGUESIA DE OIÃ, DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DE OIÃ, NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2018, PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DO EVENTO “ENTREGA DE PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR 2017/2018 A ALUNOS CARENCIADOS E COM BOM APROVEITAMENTO”



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à Junta de Freguesia de Oiã, do Auditório da freguesia de Oiã, no dia 9 de novembro de 2018, para efeitos de realização de cerimónia de entrega de “Prémios de Mérito Escolar 2017/2018 a Alunos Carenciados e com Bom Aproveitamento Escolar”.

PONTO 16 – PEDIDO DA FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE OIÃ, DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DE OIÃ, NO DIA 2 DE DEZEMBRO DE 2018, PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DA FESTA DE NATAL DAS CRIANÇAS, ADOLESCENTES, JOVENS, CATEQUISTAS E ANIMADORES DO CENTRO DE CATEQUESE DE OIÃ.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Oiã, do Auditório da freguesia de Oiã, no dia 2 de dezembro de 2018, para efeitos de realização da Festa de Natal das Crianças, Adolescentes, Jovens, Catequistas e Animadores do Centro de Catequese de Oiã

PONTO 17 – PEDIDO DA SOLSIL-ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DO SILVEIRO, DE CEDÊNCIA DO AUDITÓRIO DE OIÃ, NOS DIAS 7 E 8 DE DEZEMBRO DE 2018, PARA EFEITOS DA REALIZAÇÃO DA FESTA DE NATAL

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à SOLSIL-Associação de Solidariedade Social do Silveiro, do Auditório da freguesia de Oiã, nos dias 7 e 8 de dezembro de 2018, para efeitos de realização da “Festa de Natal”.

PONTO 18 – REQUERIMENTO APRESENTADO PELA ADAMA-ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DE MALHAPÃO, A SOLICITAR O EMPRÉSTIMO DE DIVERSOS SINAIS DE TRÂNSITO, DE 19 A 21 DE OUTUBRO, PARA APOIO À REALIZAÇÃO DAS FESTAS EM HONRA DE N.ª SR.ª DE FÁTIMA – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 15 DE OUTUBRO DE 2018.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 15 de outubro de 2018, que autorizou o empréstimo de diversos sinais de trânsito, de 19 a 21 de outubro, para apoio à realização das Festas em Honra de N.ª Sr.ª de Fátima em Malhapão.....

PONTO 19 – INFORMAÇÃO PRESTADA PELO BAI-BALCÃO DE ATENDIMENTO INTEGRADO – PEDIDO DE LICENÇA DE RECINTOS ITINERANTES PARA “CIRCO CLAUDIOS”, A INSTALAR NO TERRENO JUNTO À CÂMARA MUNICIPAL, NOS DIAS 5, 6 E 7 DE OUTUBRO - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 4 DE OUTUBRO DE 2018.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 4 de outubro de 2018, que autorizou a instalação do “Circo Cláudios” em Terreno junto à Câmara Municipal, de 5 a 7 de outubro.

PONTO 20 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 301.2018|DGUOM – EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA LANÇAMENTO DE FOGO-DE-ARTIFÍCIO OU OUTROS ARTIGOS PIROTÉCNICOS - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 18 DE OUTUBRO DE 2018.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que aquando da realização das Festas em Honra de N.^a Sr.^a de Fátima em Malhapão foi solicitada autorização para o lançamento de fogo de artifício num terreno pertença da Câmara Municipal no Largo de Sto. Amaro.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara datado de 18 de outubro de 2018, que autorizou a utilização por parte da ADAMA- Associação dos Amigos de Malhapão, de terreno pertencente ao Município de Oliveira do Bairro em Malhapão, para lançamento de fogo de artifício e outros artigos pirotécnicos, de 5 a 7 de outubro.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 24 de outubro do ano de 2018, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 1.837.535 Euros e 31 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 741.334 Euros e 91 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 2.578.870 Euros e 22 Cêntimos

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: Apesar de haver público presente não se registaram quaisquer pedidos de intervenção.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram dezassete horas e quinze minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, José Miguel Cardoso Duarte, Coordenador Técnico, que a redigi e pelos demais presentes que o



Oliveira do Bairro câmara municipal

desejem fazer.

Duarte dos Santos Almeida Novo

José Miguel Cardoso Duarte

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Fernando José Martins da Silva